Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 17/05/88
COD. ØRD62

ESTUDOS DE INVENTÁRIO DO MÉDIO TOCANTINS - RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO - SITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS APYNAGÉ, KRAHÔ E XERENTE.

Lucia Helena Rangel

TOC-06-0049-RE

Acervo ISA

ÍNDICE

		Pág.
1.	INTRODUÇÃO	01
2.	A OCUPAÇÃO DE GOIÁS E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS	03
2.1	XERENTE	09
2.2	KRAHÔ	14
2.3	APINAYÉ	16
3.	SITUAÇÃO ATUAL DAS TERRAS	22
3.1	AVÁ-CANOEIRO	27
4.	CARACTERIZAÇÃO DA VIDA INDÍGENA	29
4.1	POPULAÇÃO	33
5.	IMPACTO DAS ALTERNATIVAS DE DIVISÃO DE QUEDA SOBRE AS ÁREAS INDÍGENAS	35
6.	RECOMENDAÇÕES	42
7.	BIBLIOGRAFIA	44
7.1	OUTRAS FONTES	48
8.	ANEXO - DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DA FUNAI	50

Acervo ISA

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório tem por objetivo localizar e caracterizar a situação atual dos índios Xerente, Krahô e Apinayé, que habitam terras na região da Bacia do Médio Tocantins, visando detectar os possíveis efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos sobre aquelas populações.

Um primeiro esclarecimento faz-se necessário. Como não foi possível realizar a pesquisa de campo, nas três áreas indígenas em questão, as informações aqui apresentadas são todas de fonte secundária. Isto por si só representa uma limitação, na medida em que não se pode fornecer dados precisos, principalmente no que se refere ao impacto das alternativas de divisão de queda sobre as áreas indígenas. Por isto, este Relatório não está sendo apresentado em caráter definitivo. Além disso, as imprecisões e omissões que, certamente, podem estar evidenciadas neste trabalho devem ser corrigidas posteriormente.

O Relatório está dividido em partes, cada uma delas contendo dados específicos e com objetivos diferentes. Na primeira parte procedeu-se a um apanhado histórico sobre a ocupação do Estado de Goiás, focalizando-se particularmente os três povos indígenas que poderão ser atingidos pela construção das barragens. É esta história que confere aos índios o direito sobre as terras que ocupam e que mostra como a configuração atual da região se fez através de uma trajetória que entrelaçou as histórias particulares da colonização e dos povos indígenas.

Acervo ISA

A segunda parte refere-se à situação atual das terras indígenas, destacando-se aí a situação legal das terras e os conflitos recentes pela sua posse. Estes conflitos mostram como ainda existem problemas sérios a resolver e servem de referência para uma reflexão a respeito do significado do impacto que uma nova interferência na região (no caso, as barragens) pode causar. Neste item não se fez um detalhamento de todos os conflitos, para facilitar a leitura do Relatório. Entretanto, eles são constantes de 1970 para cá e foram regularmente noticiados pela imprensa, principalmente pela imprensa goiana e acompanhados pela FUNAI e pelas entidades de apoio ao índio. Procurou-se apenas enfocar a dimensão dos conflitos - nos quais armas foram utilizadas e mortes ocorreram - para mostrar o tipo de tensão que eles geram nas regiões mais próximas às reservas indígenas.

Depois procedeu-se à caracterização da vida indígena, numa tentativa de captar os imperativos de sua sobrevivência, com destaque especial à população.

Reservou-se um item para o impacto das alternativas de divisão de queda sobre as áreas indígenas, cujo quadro não pode ser preciso, mas pode oferecer uma primeira aproximação à questão indígena na Bacia do Médio Tocantins. Por fim, elencou-se um conjunto de recomendações.

Acervo ISA

2. A OCUPAÇÃO DE GOIÁS E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

A ocupação do território, que é hoje o Estado de Goiás, fez-se lentamente no decorrer do período colonial e prolongou-se até a década de 1970, através de épocas e fases com características distintas. A região do Médio Tocantins, que ora interessa, foi ocupada simultaneamente por quatro vias diferentes: 1) Partindo de São Luís (Maranhão), pelos rios Mearim e Itapicuru acima; 2) Partindo do Pará, pelo rio Tocantins acima; 3) De Goiás, pelo Tocantins abaixo; 4) Partindo da Bahia pelos campos em direção Noroeste, através do Piauí.

Durante o século XVI, Goiás é atingido por bandeiras que partem de São Paulo à procura de ouro e principalmente à caça de índios para serem escravizados. Essas bandeiras continuaram no decorrer do século XVII e Goiás é atingido também por expedições procedentes do Pará, neste mesmo século.

Entretanto, é no século XVIII que Goiás é de fato colonizado. Em 1723 o rio Tocantins é navegado em todo o seu curso e em 1725 tem-se a primeira notificação oficial a respeito das minas de ouro. A partir daí intensificam-se as expedições (principalmente vindas de São Paulo) e inúmeros povoados são estabelecidos. O primeiro aglomerado urbano, fundado solenemente por Bartolomeu Bueno, foi o de Sant' Ana, em 1727, hoje a cidade de Goiás, que foi durante muito tempo a capital. No período que vai de de 1727 a 1732 vários povoados surgem na região sul; na década de 1730 a 1740 outros tantos surgem na porção setentrional, em consequência das novas

Acervo ISA

minas descobertas: Traíras (1735), São José do Alto Tocantins (1735), atual Niquelândia, Cachoeira (1736), Crixás (1734), Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740), Cavalcanti (1740), Papuan (1741), atual Pilar, Santa Luzia (1746), atual Luziânia, Carmo e Cocal (1746).

Em 1702 Goiás estava sob jurisdição paulista, sendo administrada na condição de Intendência pelo Superintendente das Minas, da Capitania de São Paulo (que até 1720 também abrangia Minas Gerais). Em 1749 é criada a Capitania de Goiás, sendo instalado um governo autônomo, em função da expansão do povoamento, do aumento populacional e das novas descobertas auríferas. Mas este momento é também o início da decadência da mineração.

Por volta de 1750 começam a faltar os "descobertos" (como eram chamadas as minas de ouro descobertas) e a partir de 1763 vários fatores condicionam a expansão do povoamento da capitania que até então era determinada pela mineração. Estes fatores são: em primeiro lugar a própria decadência da mineração; em segundo lugar, a expansão pecuária que estava associada à mineração, mas que a partir de então passa a ter vida própria; e finalmente, a necessidade de controlar a população indígena, tendo em vista a regularização do comércio e da navegação dos rios. É a época dos aldeamentos, cuja política, executada especialmente no período Pombalino, consistia em deslocar índios para longe de suas aldeias tradicionais para formar povoados (os aldeamentos) nas regiões que estavam sendo desbravadas. Isto se fazia devido à falta de gente que Portugal

Acervo ISA

tinha para realizar o empreendimento colonial.

A mineração concentrou-se nas áreas centro-sul (tendo como ponto central Vila Boa, sede do governo), centro-oriental (região da Bacia do Tocantins e rotas das divisas baianas), sudeste (região das rotas para Minas Gerais) e centro-leste (rotas para o sertão da Bahia). Um aspecto importante dessa ocupação é que a mineração trouxe para Goiás o gado. Pela própria característica do empreendimento a mão de obra, escrava ou não, estava ocupada na extração e localização do minério e poucos eram aqueles que se ocupavam da produção de alimentos. Estes tinham de ser buscados fora da capitania e o gado passou a ser procurado no vale do São Francisco, sendo trazido para Goiás através das gargantas que o ligavam à Bacia do Tocantins.

A chamada frente de expansão pastoril caminha lentamente na direção dos campos do cerrado do Brasil Central. A partir de uma determinada época da produção da cana de açúcar no nordeste, existiram determinações para que o gado - importante força produtiva e fonte de alimentação para os engenhos - fosse criado em zona distante dos canaviais, porque poderia destruir as plantações. Por outro lado, já no período de decadência da produção da cana de açúcar o gado passa a ser dirigido às regiões das minas, primeiro para Minas Gerais, depois para Mato Grosso e Goiás.

O gado foi introduzido no nordeste em dois núcleos - Salvador e Olinda - ainda no século XVI. O gado baiano foi levado às margens do São Francisco,

Acervo ISA

atravessou-o, alcançou a bacia do Parnaíba e por volta de 1730, atravessa este rio e penetra no sul do Maranhão. No século XIX, continuando seu avanço, atravessa o Tocantins para cruzar o Araguaia em fins do mesmo século. "No início do século XIX a frente pastoril baiana, na sua direção noroeste, chegara à margem direita do rio Itapicuru, de Caxias para cima. Prolongava-se numa ponta que se dirigia para oeste, intrometendo-se entre a margem esquerda do Balsas e a direita do alto Itapicuru, detendo-se no Tocantins, na região compreendida entre as desembocaduras dos rios Farinha e Manuel Alves Grande. Era ainda esta mesma frente criadora, talvez também com gado pernambucano, que em Goiás tinha seus limites setentrionais nas vizinhanças de Porto Real (atual Porto Nacional)" (Melatti, 1967)

A pecuária foi durante muito tempo uma atividade subsidiária, atendendo às necessidades de alimentação da produção açucareira e da mineração. Com a decadência da mineração em Goiás, restou a criação de gado como atividade principal, com capacidade para alimentar a população local ao lado da agricultura de subsistência. As características principais da área pastoril, segundo Melatti (1967) são: em primeiro lugar a fraca densidade demográfica: o gado era criado à solta, nas pastagens naturais, necessitando pouco mão de obra no seu trato. A segunda característica era a utilização de mão de obra livre, de preferência à escrava. A terceira eram as oportunidades de ascensão social oferecidas aos trabalhadores. "O criador deixava cada uma de suas fazendas aos cuidados de um ou mais vaqueiros, conforme o número de cabeças de gado ... O vaqueiro se

Acervo ISA

encarregava da criação dos bezerros, do seu amansamento, de curar-lhes as chagas produzidas pela mósca varejeira ... (enfim, a lide completa do gado) ... Depois de cada cinco anos o vaqueiro recebia, como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. Em nenhuma fonte que consultamos se diz explicitamente da existência de vaqueiros escravos .. Cada fazenda contava com seus "fábricas" ... que eram os ajudantes dos vaqueiros ... Os trabalhadores das fazendas, quando não escravos, recrutavam-se entre os mulatos e pretos forros que existiam em grande número nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, sobretudo nas vizinhanças do rio São Francisco. Gente com grande "aversão" aos trabalhos agrícolas, tinha grande "inclinação" pela pecuária, sendo sua maior ambição merecer um dia o nome de vaqueiro ... Com o gado que recebia de pagamento, o vaqueiro podia, depois de algum tempo, instalar sua própria fazenda, tornando-se, desse modo, fazendeiro. Do que ficou dito se conclui que os "fábricas" recebiam um treinamento que os habilitava ao ofício de vaqueiro, a menos que fossem escravos, supomos. O vaqueiro, por sua vez, podia vir a ser, com o tempo, um fazendeiro. Portanto, a ampliação e multiplicação das fazendas implicava no aumento do número de "fábricas", vaqueiros e fazendeiros. As possibilidades de um "fábrica" vir a tornar-se um dia fazendeiro cresciam na razão direta da expansão dos rebanhos e do aparecimento de novas fazendas. No entanto, o território necessário à instalação de novos campos de criar tinha de ser tomado aos índios. As lutas contra os indígenas, bem como as oportunidades de ascensão social, decorriam, por conseguinte, da multiplicação do gado. As guerras ao aborígе

Acervo ISA

ne satisfaziam a anseios dos indivíduos componentes tanto da camada social mais alta quanto da mais baixa." (Melatti, 1967)

A área pastoril ligava-se, economicamente, à área agrícola situada na região compreendida pelas margens do Tocantins junto à sua foz, os arredores de Belém, o vale do Guamá, o litoral norte do Pará, o norte do Maranhão e o vale do Itapicuru até Caxias. A área agrícola necessitava do gado para alimentar seus escravos e a área pastoril necessitava dos produtos (como sal, bebidas alcoólicas, instrumentos de ferro, etc) que aquela recebia através dos seus portos marítimos.

Desta forma, as duas frentes (a agrícola pelo norte e nordeste e a pastoril pelo leste e sul) cercavam numerosos grupos indígenas: os Gamelas, certos grupos Tupi, os grupos Timbira (entre os quais os Apinayé e os Krahô) e os grupos Akuên (Xavante e Xerente). Restava, aos indígenas, apenas o oeste como possibilidade de fuga ao contato com estas frentes. Entretanto, os deslocamentos indígenas esbarravam com a presença de outros grupos tribais já habitantes destas terras a oeste. E, por outro lado, esta possibilidade esgotou-se em função do avanço dos criadores de gado e dos coletores de castanha do Tocantins.

Outro fator que fecha o circuito da ocupação de Goiás é a navegação do rio Tocantins. No período da mineração esta navegação foi proibida para que o ouro fosse escoado pelas rotas oficiais para evitar o contrabando. Assim, o Tocantins será uma via

Acervo ISA

comercial apenas no final do século XVIII. Várias expedições são feitas, no Tocantins e no Araguaia, em caráter oficial, promovidas pelos governadores e logo a seguir pelos comerciantes; está estabelecida, assim, a rota comercial Pará-Goiás.

Este quadro suscinto da história de Goiás é a referência para a compreensão da situação atual dos povos indígenas da região do Médio Tocantins. O que mostra como a história da região entrelaça-se à indígena e como a ocupação se fez sobre os territórios tradicionais das tribos.

2.1 Xerente

Os índios Xerente são habitantes históricos da margem direita do rio Tocantins. Alguns aspectos importantes relativos à sua localização nesta região serão aqui apontados para mostrar que não há, hoje em dia, na literatura etnológica, dúvidas quanto à sua procedência.

Um dos mais importantes desses aspectos está bem detalhado no trabalho de Maybury - Lewis (Kurumim, nº 36) e diz respeito às hipóteses, bastante procedentes, de que os Xerente eram aparentados aos Xavante, dos quais há referências explícitas na historiografia da antiga Província de Goiás. Pode-se mesmo dizer que Xavante e Xerente eram partes de um mesmo povo, tendo-se separado nas duas primeiras décadas do século XIX, mas continuaram a viver bem próximos uns dos outros pelo menos durante mais vinte anos.

Acervo ISA

A referida historiografia da Província de Goiás dá conta de mostrar que os Xavante/Xerente (Akuẽn) começaram a ser alcançados pelas bandeiras que entravam em Goiás, por volta de 1730 e em 1738 o povoado mineiro de Pontal foi estabelecido bem no interior do território Xavante/Xerente, na margem leste do Tocantins, em direção ao norte da cidade de Goiás (Vila Bela de Goiás). Sucedem-se daí inúmeros conflitos armados com estes índios, que se intensificavam a partir de 1760, culminando em diversas tentativas de atraí-los para fundar e habitar os aldeamentos nesta área. Em 1788, 2.200 Xavante estabeleceram-se no aldeamento de Carretão de Pedro III. Outro numeroso grupo Xavante havia sido levado a estabelecer-se no aldeamento de São José de Mossâmedes, justamente com outros grupos de diferentes procedências étnicas, depois da reconstrução desse aldeamento em 1775. O aldeamento deste numeroso contingente Xavante não significou o aldeamento da tribo por inteiro, mesmo porque, durante este período continuam as notícias e relatos de ataques Xavante ao norte de Goiás, ainda na margem direita do Tocantins.

Em 1741 as notícias de que havia muito ouro no Rio do Sono fez com que a região entre o rio Tocantins e o rio Manuel Alves Grande fosse completamente explorada. "Este é o coração do território que todos os escritores estão de acordo em identificar como a "Terra Xerente" e atualmente os Xerente estão localizados entre o Tocantins e o rio do Sono numa latitude aproximada de 9°S." (Maybury - Lewis, pp. 22). C.F. von Martius (1867) e Francis de Castelnau (1850-1) localizam os Xerente nas margens leste do

Acervo ISA

Tocantins, desde o rio Peixe até Carolina e Castelnau identifica suas aldeias espalhadas por toda a região entre as cachoeiras de Lageado e o rio das Balsas.

Os dados historiográficos dos séculos XVIII e XIX permitem afirmar cuidadosamente que "essas tribos eram, neste tempo, virtualmente indistinguíveis na fala e no costume, mas que eles mesmos (Xavante e Xerente) se consideravam de costumes distintos e eram reconhecidos como tais pelos viajantes e cronistas. Parece, portanto, que Martius estava certo, e que a divisão entre Xavante e Xerente era, em 1817-20, de data comparativamente recente." (Maybury - Lewis, L. pp. 24)

A experiência dramática dos aldeamentos e continuação dos conflitos com os não índios colonizadores da região, além dos ataques guerreiros inter-tribais, provavelmente, levaram os Xavante à opção de se expandirem para o oeste. Esta trajetória, também documentada, os levou à sua localização atual nos campos do rio das Mortes, afluente da margem esquerda do Araguaia, em direção ao sul.

Os Xerente, por sua vez, mantiveram-se em seu território tradicional, permanecendo cercados por colonizadores.

Em 1870 o frei capuchinho Antonio de Ganges procura os Xerente com o propósito de catequizá-los. Em torno da igreja e da casa do missionário concentra-se uma população sertaneja que invade, lentamente, com seus rebanhos os campos de caça dos índios, forman-

Acervo ISA

do-se assim o arraial Tereza Cristina, hoje Piabanhas.

O processo de ocupação do tradicional território Xerente pelos criadores de gado prolonga-se até a década de setenta do século XX, definindo a forma de conflito característica da região: os índios cada vez mais acuados em seu próprio território, perdendo áreas de caça, sua atividade principal, passam a caçar o gado que pasta nos campos para sua alimentação; em represália vários índios são mortos pelos fazendeiros, provocando assim uma animosidade que parece não ter fim. Os índios caçam o gado por causa da fome a que ficaram submetidos e, principalmente, porque não têm suas terras demarcadas.

Na década de 1940, depois em 1953, por ocasião da construção do primeiro Posto Indígena pelo SPI e durante toda a década de 1960 os conflitos intensificaram-se e todos os depoimentos à respeito da situação dos Xerente possuem apenas uma tônica: os índios não podem mais viver espalhados entre as fazendas de gado, precisam uma terra sua e demarcada. A região, desde 1920 está sendo cada vez mais ocupada, novas cidades são fundadas, entre elas, Tocantínia, dentro do território Xerente, às margens do Tocantins. Tocantínia concentra a grande maioria dos proprietários das terras registradas pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) que, não obstante, pertenciam aos Xerente.

De sua experiência trágica no Carretão, depois de acuados pela penetração da frente pastoril do século XIX, restou aos Xerente a memória do Imperador

Acervo ISA

D. Pedro I que ordenou que fossem dadas a eles as terras da região que ainda hoje habitam. Darcy Ribeiro (1970) afirma que a figura do Imperador foi incorporada ao seu conjunto mitológico, como a própria personificação dos direitos da tribo à terra; ele é o herói que garante a validade da justiça tão desmoralizada dos homens brancos.

O Decreto nº 71.107 de 14 de setembro de 1972 demarcou as terras Xerente, criando a Área Indígena Xerente, com 167.542 hectares, no município de Tocantínia, com limites especificados na descrição oficialmente registrada pela FUNAI (Vide Anexo).

Entretanto, a proposta de demarcação deixou fora da área Xerente a Aldeia do Funil, cuja população recusou-se à transferência para dentro do território demarcado, por entender que toda a área por ela ocupada pertencia igualmente aos Xerente. Neste sentido, a demarcação que poderia ter finalmente estabelecido a paz na região, fez vir à tona nova onda de sérios conflitos entre índios e a população de Tocantínia. Em 1974, a FUNAI cria o Posto Indígena Funil, em função da insistência da comunidade em não ser transferida. A partir de então começam os trabalhos para identificação da área a ser demarcada para o Funil. A Portaria nº 664/N de 13 de novembro de 1979 propõe uma área de cerca de 37.150 hectares, proposta esta que causou grande reação das autoridades municipais de Tocantínia, quase provocando conflitos de consequências imprevisíveis. Posteriormente a Portaria nº 1187/E de 24 de fevereiro de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 1982, propõe uma área de 16.000 hecta-

Acervo ISA

res, acordada pelos índios como forma de conciliar interesses e amainar o clima de tensão existente. Depois disso ainda rediscute-se a área total a ser demarcada com propostas de 10.000 e 5.000 hectares, sendo que até o presente momento não se definiu a situação territorial da Área do Funil. De qualquer maneira a proposta de 16.000 hectares é a única publicada oficialmente e, embora não sendo a mais satisfatória, é a mais adequada à resolução da questão.

Entretanto, esta Área do Funil (de 16.000 ha) ainda permanece invadida por 24 ocupantes, gerando conflitos que só serão solucionados com sua efetiva demarcação.

2.2 Krahô

Quando deu-se o encontro da frente pastoril com os índios Krahô, no início do século XIX, eles habitavam não Goiás, mas o Maranhão, na região banhada pelo curso inferior do rio Balsas e seus afluentes, como o Neves e o Macapá. Os contatos com os criadores de gado vindos do Piauí foram, inicialmente, hostis e os Krahô foram empurrados na direção do Tocantins. Estas hostilidades culminaram com uma expedição contra os índios, da qual participaram civis e militares, por volta de 1809, e na qual fizeram 70 prisioneiros.

Por esta ocasião os Krahô se encostaram nas margens do Tocantins. No seu trajeto entraram em conflito com os Xerente/Xavante. Em 1810, o comerciante Francisco José Pinto de Magalhães encontra os Krahô nas

Acervo ISA

margens do Tocantins e inicia a formação de um povoado que depois viria a ser a atual cidade de Carolina. O comerciante, ocupado no comércio entre o Pará e Goiás através do Tocantins, com o apoio dos criadores de gado do sul do Maranhão, tem interesse nas relações pacíficas com os índios. A estas relações pacíficas deve-se o estabelecimento da rota que escoa o gado da região para o Pará e o povoado torna-se então o centro comercial, abastecendo as fazendas com os produtos que não se podia produzir no local.

A Carta Régia de 5 de setembro de 1811 permitia a escravidão temporária de índios hostis na bacia do Tocantins. Dessa forma, a aliança estabelecida com os Krahô implicou na participação deles, ao lado dos civilizados, nas expedições escravizadoras e várias tribos Timbira desaparecem por esta época.

O gado está ocupando a região; por ser o maior animal já visto pelos índios, torna-se alvo de caça e esta será a razão maior para os conflitos armados com os índios. Os Krahô serão utilizados basicamente no combate às tribos hostis; estas, por sua vez, com o tempo, tornar-se-ão escassas, na região próxima à Carolina, e restarão apenas os Krahô como alvo das acusações de roubo de gado. Desse modo, indesejados, são transferidos para o local onde se fundou Pedro Afonso, sob a direção do missionário capuchinho Frei Rafael de Taggia, em 1848. Essa transferência ainda tinha como objetivo colocar os Krahô como sentinelas de proteção dos ocupantes da região contra os Akuên (Xerente/Xavante).

Acervo ISA

Os Krahô acabaram por retirar-se de Pedro Afonso e deslocaram-se na direção nordeste, estabelecendo-se paulatinamente na região do seu território atual. Na segunda metade do século XIX, as notícias sobre estes índios são mais raras. Porém, sabe-se que sua permanência na região esteve associada às alianças que estabeleceram com os fazendeiros locais, especialmente com um deles que teria atraído os índios para perto de suas terras, em função de proteger seu gado contra onças e assaltos de bandidos.

Esta situação permanece até 1940, quando então as aldeias Krahô são vitimadas por um assalto armado planejado por dois fazendeiros, sendo um maranhense e outro descendente daquele fazendeiro mencionado acima. Morrem 26 índios. Este fato evidencia o tipo de relação que de fato os regionais mantinham com os índios, isto é, as relações eram pacíficas até o ponto que interessasse aos fazendeiros.

Um missionário protestante denuncia o massacre que vitimou os Krahô e medidas oficiais são tomadas. Há um processo contra os fazendeiros, que são condenados; o SPI instala um Posto Indígena em 1941, e o Interventor Federal em Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, através do Decreto-lei nº 102, de 5 de agosto de 1944, cede uma área de 320 mil hectares de terra aos Krahô (área em que estão até hoje).

2.3 Apinayé

O território tradicional de ocupação dos índios Apinayé era o pontal entre o rio Tocantins e o baixo Araguaia, estendendo-se para o sul mais ou menos

Acervo ISA

até 6°30', isto é, da barra do rio Tocantins com o Araguaia, subindo o Araguaia até o Remanso dos Botos ia em direção ao ribeirão Curicaco e passava pelo Mosquito até chegar ao Tocantins novamente.

Durante o século XVII algumas incursões são feitas através do rio Tocantins; quatro delas são empreendidas por jesuítas que sobem o rio à procura de índios para povoarem aldeamentos do Pará e uma, rio abaixo, é feita pelo bandeirante paulista Pascoal Pais de Araújo. Em 1719 o rio Araguaia foi navegado por Domingos Pinto de Gaya, que depois subiu também o Tocantins. Seguem-se daí expedições em 1721, 1732 e 1746.

Em 1774 houve o primeiro encontro historicamente comprovado com os Apinayé, na Cachoeira das Três Barras, quando Antonio Luiz Tavares desceu o Tocantins até o Pará.

A colonização aqui também é lenta; existiu um grande mocambo de escravos fugidos em Pederneiras que foi transformado em colônia em 1779; em 1780 fundou-se o posto militar de Alcoçaba, um pouco acima de Pederneiras, para por fim aos ataques dos Apinayé, que desciam o Tocantins à procura de ferramentas; em 1791 outro posto é criado, no Arapary; Pederneiras é abandonada em função dos ataques dos índios; seguem-se daí notícias, confirmando sempre a presença dos Apinayé e, igualmente, dando conta de ataques sofridos pelos índios por parte das guarnições militares que instalavam postos tanto no Tocantins como no Araguaia.

Acervo ISA

Em 1816 foi fundado, no próprio território da tribo, abaixo da Cachoeira das Três Barras, o povoado de Santo Antonio, através da frente de colonização que vinha de Caxias do Maranhão rumo oeste. Entretanto, o povoado é transferido, em 1831, e incorporado ao de São Pedro de Alcântara, situado mais acima na margem direita do Tocantins, passando ambos à denominação de Carolina.

Apesar da declaração da Independência do Brasil em 1822, forças portuguesas mantiveram-se no Maranhão até 1823. É nesta ocasião que os Apinayé fornecem 250 guerreiros como força auxiliar de uma tropa de 470 brasileiros que renderam uma pequena força portuguesa que se encontrava no Tocantins.

Por esta época os Apinayé viviam em quatro aldeias: Bom Jardim, próxima à Carolina (Santo Antonio das Três Barras), com 1.000 habitantes; Santo Antonio, cinco léguas ao norte daquela, com 1.300 habitantes; outra Santo Antonio, com 500 habitantes, e a aldeia do Araguaia com 1.400 habitantes. O total é de 4.200 pessoas, o que fazia com que esta tribo fosse considerada uma das mais numerosas da região, apesar das baixas populacionais que sofria com a guerra contra os colonizadores e com epidemias, como é o caso da varíola que assolou a tribo em 1817.

Em 1840 chega à região o Frei Francisco do Monte Santo Vito, que funda uma missão junto ao povoado Boa Vista, que se formava dentro das terras Apinayé. Boa Vista tornou-se o ponto de intercâmbio mais regular com os Apinayé; este povoado é a atual cidade de Tocantinópolis. Entretanto, Boa Vista

Acervo ISA

transforma-se em referência para os índios apenas no final do século XIX, com a chegada do Frei Gil Villanova, quando tem lugar a ocupação efetiva da região.

No início do século XX o território Apinaye está dividido em três espaços contíguos, cada qual sob uma chefia política, resguardando autonomia tribal. O primeiro compreendia as aldeias do Araguaia até as aldeias do Cocalinho, na barra do São Benedito com o São Martinho até o ribeirão Carreira de Pedra (afluente do Pecobo). O segundo estendia-se do ribeirão Carreira de Pedra até o ribeirão Grande, cujo chefe era Pẽcomb que deu o nome ao rio Pecobo - este é o povo da atual aldeia da Mariazinha. O terceiro, que é o povo da atual aldeia São José, estendia-se do ribeirão Grande até o ribeirão Curicaco. As aldeias que são identificadas como tradicionais são Cocal, Gato Preto (Botica), Mariazinha e São José (Bacaba).

Existiu, durante o presente século, grande movimentação dentro da área Apinayé em função do faccionalismo político, característico do sistema tribal e também em função de pressões externas.

Desse modo são empurrados para leste, perdendo assim as terras do Araguaia. Por volta de 1929 a aldeia Cocal já não possuía terras e estava espremida entre regionais. A aldeia Gato Preto durou até por volta dos anos 50, quando então o encarregado do Posto do S.P.I. dá ordens explícitas para que os moradores da aldeia transfiram-se para São José e Mariazinha.

Acervo ISA

O primeiro Posto Indígena criado na área Apinayé pelo S.P.I. foi na aldeia São José. A prática tradicional do S.P.I. e que se aplica até hoje pela FUNAI, é a de atrair os índios para morarem junto às instalações do Posto. Com isto, acredita o serviço oficial poder controlar melhor o que se passa com os índios e promover uma administração mais eficiente. Esta tem sido uma das razões que impede o controle e a ocupação efetiva de seu território pelos próprios índios, facilitando assim invasões, como foi o caso dos Apinayé.

A aldeia São José, a mais importante e populosa, acabou por ficar muito próxima dos aglomerados urbanos que se formaram na região. Assim, a história de São José entrelaça-se com a história de Tocantinópolis e a aldeia perdeu terras para esta cidade e para a cidade de Nazaré.

Atualmente, a reserva Apinayé compreende 1/3 da área total do município de Tocantinópolis e as relações entre os moradores da cidade e os índios, especialmente os de São José, são bastante tensas. Mas nem sempre foi assim.

Antigamente os posseiros pediam permissão aos índios para ocuparem terra, reconhecendo os Apinayé como os legítimos donos e consideravam-se agregados dos índios. Hoje em dia são poucos os que restaram dos primeiros ocupantes e seus descendentes. Com o crescimento da região, acabaram por vender suas posses aos comerciantes, profissionais liberais e fazendeiros de Tocantinópolis. Estas posses eram registradas na Paróquia da cidade, com limites impre-

Acervo ISA

cisos, e até hoje grande parte continua sem legalização, embora estes novos proprietários julguem-se donos legais das propriedades.

Acervo ISA

3. SITUAÇÃO ATUAL DAS TERRAS

Convém, em primeiro lugar, falar da situação das terras dos grupos indígenas em questão. A situação legal das terras, apresentada no quadro nº 1, não significa que os conflitos pela sua posse terminaram. Estes conflitos se intensificam na década de 1970; a demarcação se fez às custas de armas e mortes e, ainda, todos os problemas referentes aos limites das áreas não estão resolvidos.

Os Xerente assistiram a ocupação gradativa de suas terras pelos criadores de gado, sem se darem conta que estavam sendo espremidos, até que ficaram espalhados entre as fazendas. Em 1932 ocorre o primeiro conflito de maiores proporções. Em 1957 delinearam-se, de modo efetivo, os sintomas de uma crise, cujo ponto crítico foi a construção da Rodovia Belém-Brasília. Situada a 30 quilômetros de distância, a área Xerente sofreu, a partir daí, a penetração cada vez mais intensa de colonos e de novos proprietários. Antes da rodovia a área só podia ser alcançada por via fluvial, através dos rios Tocantins e Sono.

Em setembro de 1971 a imprensa nacional e a internacional noticiaram fartamente os conflitos que ora se davam na região, entre os Xerente e os moradores de Tocantínia que possuíam "propriedades" na área. Os índios tentam assumir o controle da cidade e saqueiam fazendas. Em outubro, os fazendeiros, não aceitando os limites propostos para a área indígena, atacam os índios. Registram-se mortes e o problema é em parte resolvido em 1972 com a demarcação da área indígena.

Acervo ISA

QUADRO Nº 1

ÁREA INDÍGENA	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	PERÍMETRO (km)	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO LEGAL
A. I. Funil Grupo: Xerente	Tocantínia	16.000	60	227	Delimitada Port. nº 1.187/E - 1982
A. I. Xerente Grupo: Xerente	Tocantínia	167.542	227	687	Demarcada Dec. nº 71.107 - 1972
A. I. Kraolândia Grupo: Krahô	Itacajá e Goiatins	302.533	375	912	Dec. Lei nº 102 - 1944 Demarcada pela FUNAI em 1975
A. I. Apinayé Grupo: Apinayé	Tocantinópolis e Itaguatins	143.000	178	527	Demarcada Dec. nº 90.960 - 1985

Fonte: FUNAI/1985 - CEDI/ACONTECEU ESPECIAL 14 e 15

Acervo ISA

Entretanto, a aldeia Funil fica fora da área demarcada e conflitos voltam a acontecer. Depois de 14 anos da demarcação, os problemas com a área do Funil não se resolveram, como já foi explicado anteriormente. Neste tempo registram-se mais mortes e ataques, fazendo com que as relações entre a população de Tocantínia e os Xerente vivam momentos de extrema tensão, quando então os índios deixam de frequentar a cidade.

Além da proximidade com a cidade, das invasões da área indígena, as terras Xerente são recortadas por muitas estradas. O que torna as terras destes índios muito vulneráveis às invasões, tanto armadas quanto de ocupação. De 1972 para cá já se promoveu a retirada de inúmeros ocupantes, restando ainda outros tantos para serem retirados e a resolução da situação da Área Indígena Funil se faz urgente.

Os Apinayé enfrentam problemas semelhantes. A partir da década de 1960 foram cercados pelas pressões decorrentes de, pelo menos, quatro grandes empreendimentos econômicos: a construção da Rodovia Belém-Brasília, a construção da Rodovia Transamazônica, o garimpo de Serra Pelada e, por fim, o Projeto Grande Carajás.

Este quadro fornece a dimensão dos problemas que a região, e nela os Apinayé, passa a enfrentar nas últimas décadas. A pressão populacional: grande crescimento da população por surtos migratórios que estes empreendimentos atraem; crescimento urbano e desemprego em função da flutuação do aproveitamento de mão de obra por parte dos mesmos empreendimen-

Acervo ISA

tos. Ocupação desorganizada e violenta das terras da região e consequentes problemas de regularização ção fundiária. Se se leva em conta que a região foi ocupada lentamente, da segunda metade do século XVIII até meados do XX - embora sempre através de conflitos armados -, os últimos 26 anos representam, tanto para os antigos moradores quanto para os índios, um movimento de ocupação jamais conhecido e uma violência jamais presenciada.

Para os Apinayé a construção da Transamazônica foi, de todos os empreendimentos apontados, o que mais lhes trouxe desventuras, ao lado da ocupação desenfreada de suas terras por "proprietários" particulares. Em 1970, quando se iniciaram os trabalhos de construção da rodovia, os Apinayé concordaram com que a mesma passasse por dentro de seu território. Acreditaram que também poderiam se beneficiar da via de acesso. Porém, ao término da construção, os militares responsáveis pelas rodovias determinaram que nenhuma rodovia federal poderia passar por dentro de qualquer área indígena e que, portanto, a rodovia seria sempre um limite. Desta forma, os Apinayé seriam prejudicados com a exclusão de uma faixa de terras no limite sul/sudoeste de sua reserva. É a área compreendida entre os ribeirões Mumbuca, Gameleira e Cruz. Ocorre que esta área, pertencente à aldeia São José, sempre foi frequentada pelos índios para caça, coleta de babaçu, roçados nas margens dos ribeirões e pesca com tingui. Esta região está invadida, principalmente a partir da construção da estrada. Conflitos são registrados ao longo da década de 70 até o presente momento. Quando a área foi demarcada, para compensar a perda desta

Acervo ISA

porção, incluiu-se na área Apinayé a porção ao norte do rio Pecobo, que está ocupada por particulares.

Os conflitos pela posse da região do Gameleira, complicam-se de 1980 para cá em função do traçado da demarcação que não foi aceito pelos índios. Em fevereiro de 1985 os Apinayé, ajudados pelos povos indígenas da região - Xerente, Krahô, Canela - e por lideranças Txucarramãe, Xavante e Terena, interrompem o tráfego da rodovia Transamazônica, num ato que mostrou bem as proporções do conflito.

A demarcação procede-se neste ano, reincorporando área da aldeia Cocal, mantendo ao norte a área acima do Pecobo e deixando fora a área do Gameleira. Esta mesma demarcação está sendo revista pela FUNAI e a incorporação do Gameleira é, de fato, irreversível. A única solução é a modificação do traçado da Transamazônica, proposta esta que já tem formulação.

Recentemente, a partir do Projeto Grande Carajás, os Apinayé estão sob a área de influência do projeto, especialmente do Ferro-Carajás. A Companhia Vale do Rio Doce tem dispensado os recursos pertinentes (como é praxe nos grandes projetos atuais) aos índios e contratou uma antropóloga para acompanhar a situação destes índios - o que por si só não significa problemas resolvidos, mas sim uma garantia de que eles podem ser enfrentados.

Além disso, dentro da área Apinayé passa uma linha de transmissão da CELG, o que significou também al-

Acervo ISA

guns problemas que, ao que parece, estão solucionados.

Embora os Krahô não tenham problemas da ordem que enfrentam os Xerente e os Apinayé, também assistiram mudanças a partir da construção da Belém-Brasília. Não há registro de conflitos específicos com os Krahô durante este período. Mas os problemas atuais passaram a ser enfrentados por eles de uma maneira nova. Em janeiro de 1982 rebelaram-se contra certos desmandos da FUNAI, o que culminou na criação da Ajudância de Araguaína, hoje transformada na 16ª Delegacia Regional da FUNAI.

O saldo de todos estes anos de conflito foi a organização de um Conselho Indígena, na região do Médio Tocantins, integrado por representantes dos Krahô, Xerente, Apinayé e Xambioá (este pequeno grupo está à margem direita do Tocantins). O Conselho reune-se regularmente e tem sido uma força de pressão para a resolução de problemas velhos e novos. É neste sentido que se deve chamar a atenção para o fato de que estes índios (de todos os grupos) não poderão mais aceitar reduções e interferências em seus territórios, que não sejam discutidas com eles e sem que eles participem do processo de tomada de decisões.

3.1 Avá-Canoeiro

Os índios Avá-Canoeiro vivem em pequenos grupos arredios na região centro-sul goiana e em parte do Distrito Federal. A FUNAI tem feito alguns esforços para contactar estes índios, o que, no entanto, não

Acervo ISA

têm sido bem sucedidos. Os grupos arredios dos Avá-Canoeiro têm sobrevivido de caça, coleta, abate de gado, cavalos e burros. Numa região tão povoada, suas práticas têm levado ao assassinato de alguns deles, por parte dos proprietários dos animais abatidos. Estes grupos estão vivendo uma situação que pode ser qualificada de desespero.

A região pela qual perambulam não é exatamente a bacia do Médio Tocantins, mas tem-se notícias de que perambulam também nas margens do rio Manuel Alves Natividade.

Esta é a razão pela qual merecem toda a atenção no sentido de se evitar qualquer choque mais dramático com o grupo.

Acervo ISA

4. CARACTERIZAÇÃO DA VIDA INDÍGENA

Os Apinayé, Krahô e Xerente são sociedades tribais pertencentes aos tronco linguístico Macro-Jê, da família Jê. Os Krahô e Apinayé, classificados na subdivisão dos Jê Setentrionais, de língua Timbira, falam cada um deles em dialeto próprio. Os Krahô são considerados Timbiras Orientais, juntamente com outros grupos e os Apinayé são os únicos Timbiras Ocidentais. Os Xerente falam língua Akuên, também com dialeto próprio.

Os Jê do Brasil Central têm sido considerados por vários autores como pertencentes a uma mesma área cultural, o que representa um conjunto de semelhanças culturais. A primeira delas refere-se ao padrão ecológico de adaptação ao cerrado. Em função das próprias características do cerrado, a caça é o fator primordial para obtenção de proteínas; a agricultura é pequena e pouco diversificada, feita nas matas-galeria, e as aldeias são construídas, normalmente, nas partes altas dos campos, em forma circular, dividindo o círculo em metades voltadas para o nascente e para o poente. A presença das palmeiras de buriti (ao lado de outras espécies de palmeiras), fez delas um elemento cultural fundamental: suas toras são usadas nos cerimoniais; na corrida de toras; suas folhas usadas para cobrir casas, sendo importante material de artesanato (cestos, esteiras, etc); seus frutos têm variados usos, bem como suas folhas e raspas dos caules. Há, portanto, um aproveitamento integral do buriti.

Outras características assemelham os Jê. Como já

Acervo ISA

foi dito, suas aldeias circulares e sua organização social em metades que variam de composição conforme o grupo e conforme também os rituais, classes de idade, sexo. Há também certa semelhança no conjunto mitológico, principalmente no que se refere às figuras míticas do Sol e da Lua; e há muita semelhança na maneira de enterrarem seus mortos.

Com isto não se quer dizer que são todos grupos idênticos; tão somente, se quer dizer que estas características são comuns aos três grupos em questão. Não caberia, neste Relatório, um detalhamento dos aspectos culturais de cada um dos grupos. O que interessa, é saber que hoje em dia há uma aparência de perda das características culturais tradicionais que pode ser enganosa.

Embora nem todas as aldeias sejam construídas na forma circular, com exceção dos Krahô que as constroem assim em todas as aldeias, a referência à circularidade não desapareceu e a organização das metades complexas se faz presente nos três grupos. Um aspecto tradicional das aldeias não desapareceu: é que cada uma delas é uma unidade política autônoma dentro do sistema tribal.

Na área Xerente existem atualmente dez aldeias: Bela Vista, Xerente, Cercadinho, Mirassol, Brejão, Brejo Comprido, Aldeinha, Descoberto, Campo Grande e Funil. Atualmente os Xerente fazem roças onde cultivam produtos, tais como: mandioca, arroz, feijão, abóbora, amendoim, melancia, banana, inhame, mamão. Estas roças servem basicamente à subsistência das famílias. A FUNAI, que mantém na área 3 Postos In-

Acervo ISA

dígenas, um na área Funil e dois na área Xerente, implantou lavoura mecanizada de arroz. O produto desta lavoura tem destino comercial, mas não é suficiente para satisfazer a necessidade de dinheiro que hoje, inevitavelmente, os indíos têm.

O acesso ao dinheiro se faz através da venda de artesanato (cestaria, arco e flecha, rede, esteira, colares) e do trabalho de diaristas nas fazendas vizinhas.

Na área Krahô existem oito aldeias: Pedra Branca, Pedra Furada, Manuel Alves, Santa Cruz, Galheiro, Cachoeira, Rio Vermelho e Morro do Boi. A FUNAI mantém na área quatro Postos Indígenas; 85% do território é constituído de cerrado típico e os índios caçam e coletam até hoje. Plantam roças de subsistência, cujos produtos principais são: arroz, feijão, fava e mandioca. As aldeias mais populosas estão próximas à Itacajá e são as que enfrentam os maiores problemas referentes à subsistência que são a falta de caça e dificuldade na recuperação das capoeiras para roça, que precisariam de descanso por tempo equivalente a oito ou dez anos. Por estas razões os moradores destas aldeias tem planos de transferirem-se para áreas mais próximas ao Rio Vermelho. Conseguem obter dinheiro com a venda de artesanato e com a venda, aos lavradores vizinhos, de produtos industrializados que ganham em suas viagens aos centros urbanos maiores (como Araguaína, Goiânia, Brasília e São Paulo). Esta prática de fazer viagens periódicas aos centros urbanos já vem de longa data e, assim, os Krahô passaram a fazer um comércio que interessa aos lavradores pobres da

Acervo ISA

região, porque vendem esses produtos industrializados a um preço bem mais baixo do que os oferecidos nas cidades locais. Mas a movimentação desse dinheiro, assim como o obtido através do artesanato, não constitue soma expressiva.

Na área Apinayé existem três aldeias: Mariazinha, São José e Cocalinho. A FUNAI mantém aí dois Postos Indígenas, um próximo a Mariazinha e outro junto a São José. A aldeia Cocalinho foi reconstruída recentemente, depois da demarcação da área.

Esta área fica numa região intermediária, entre o cerrado e a floresta tropical, e sua característica é a presença do babaçu. Tradicionalmente o babaçu não tinha importância exclusivamente econômica para os Apinayé. Era uma palmeira como as outras, aproveitada tanto quanto o buriti e as outras espécies de palmeira. Com o tempo passam a explorar o babaçu comercialmente, vendendo o côco no mercado regional. Esta tem sido a atividade comercial principal e tem sido também um dos fatores de tensão. Suas terras são cobiçadas por causa do babaçu e os não-índios da região fazem a coleta do côco dentro delas. Ao lado dessa atividade comercial, plantam roças para subsistência e caçam nos locais que ainda tem mata.

A caça tem escasseado em toda a região do Médio Tocantins, ao longo de todo o período de colonização. Neste sentido, a pesca que tinha importância secundária, na ordem tradicional dos três grupos indígenas em questão, passou a ter importância maior como fonte de obtenção de proteínas. Estes índios não

Acervo ISA

tiveram oportunidade de desenvolver a pecuária da mesma forma que os criadores da região. Tanto o SPI como a FUNAI mantiveram algumas cabeças de gado nas reservas; entretanto, os intentos de criação para comercialização impediram que o gado fosse, para os índios, fonte regular de alimento.

4.1 População

Os três grupos tinham população bastante numerosa no período colonial. No século XVIII os Xerente/Xavante passavam de 5.000 pessoas; os Apinayé somavam 4.200 pessoas aproximadamente; os Krahô, chegavam a 3.000 pessoas, pelo menos. Sofreram tremendas baixas populacionais a partir desta época; suas populações diminuiram rapidamente em função das guerras com os colonizadores e das epidemias e outras doenças contraídas no contato com o civilizado (como a varíola, sarampo, gripe, tuberculose), cuja medicina tradicional não possuía recursos para combater.

Estes grupos chegaram ao século XX extremamente dizimados e, aos fatores apontados acima, acresça-se os momentos de penúria e fome, pelos quais passaram, quando não tinham terras definidas, nem assistência oficial. Com terras definidas puderam munir-se de uma produção de alimentos regular; e com assistência pode-se conter, pelo menos em parte, a mortalidade infantil e adulta. Por exemplo, na década de 1970 a Divisão Nacional de Tuberculose fez um trabalho de saneamento atingindo os três grupos, que contribuiu muito para extirpar a mortalidade por tuberculose. É o caso, também, da vacinação infantil.

Acervo ISA

Neste sentido, a população tem crescido nos últimos anos, apesar dos grandes conflitos das duas últimas décadas. Para se ter uma idéia deste crescimento, a população Krahô foi calculada, em 1962 por Júlio Cezar Melatti, em 519 pessoas; hoje são 912 aproximadamente. Maybury-Lewis calculou a população Xerente, em 1956, em 350 pessoas; hoje são 914, aproximadamente. Roberto da Matta calculou a população Apinayé, em 1967, em 253 pessoas; hoje são 527.

Não é possível elaborar uma pirâmide populacional, em função de não dispormos de dados de campo. A respeito da população, além dos dados expostos acima, pode-se dizer apenas que existem alguns casamentos inter-tribais, isto é, que os Xerente, Apinayé e Krahô casam-se entre si, e que também houveram casamentos de índios com não-índios, principalmente com negros no período da colonização. Além disso, não seria absurdo prever um considerável aumento populacional para o próximo século, mantendo-se a integridade dos territórios indígenas, a assistência médica preventiva e a autonomia das tribos para a garantia de sua sobrevivência.

Acervo ISA

5. IMPACTO DAS ALTERNATIVAS DE DIVISÃO DE QUEDA SOBRE AS ÁREAS INDÍGENAS

Nesta fase, não se pode precisar as informações à respeito de todos os elementos que poderão ser atingidos pela inundação nas diferentes alternativas de construção dos barramentos. A localização de elementos sagrados, como é o caso de cemitérios, ou de outra ordem, para os índios, depende de um trabalho de campo que possibilite este detalhamento. No momento, a leitura dos mapas e as informações disponiveis permitem vizualizar um dos fatores de impacto - talvez o mais importante deles - a quantidade de terras indígenas a serem inundadas resumidas no Quadro 2.

QUADRO Nº 2

ALTERNATIVA	ÁREA INDÍGENA INUNDADA	
	Total em ha	%
1R - 3R	14.154	2,31
7A - 9A	17.337	2,83
7B - 9B	32.263	5,32
17R - 19R	15.716	2,56
17RR - 19RR	29.979	4,89

Acervo ISA

O quadro nº 2 mostra que há uma diferença grande na porcentagem de área a ser inundada quando se trata das alternativas 7B-9B e 17RR-19RR. Estas porcentagens foram conseguidas, tomando-se a soma da área das três reservas e calculando-se o total de área inundada, para as três, em cada uma das alternativas. É muito difícil afirmar que 2,31% de área inundada é melhor do que 5,32% ou 4,89%, pois para a população indígena, perder mais uma porção de seu território é, em qualquer hipótese, uma perda incomensurável. Lembre-se, para tanto, da história passada e presente de cada um dos grupos indígenas envolvidos.

Se a análise for feita para cada reserva indígena, em função de cada reservatório projetado, ter-se-á a situação mostrada nos quadros 3, 4 e 5.

Acervo ISA

QUADRO Nº 3 ÁREA INDÍGENA XERENTE - 167.542 ha

Área a ser Inundada

RESERVATÓRIO	COTA	ÁREA INUNDADA (ha)	% DA ÁREA TOTAL DA RESERVA
Carolina (7A-9A - 7B-9B)	175 + 2	90,4	0,05
Tupiratins (17R - 19R) (17RR - 19RR)	183 + 2	944,8	0,56
Sono 4 (1R - 3R)	202 + 2	2.554,4	1,52
Sono 3A (7A - 9A)	203 + 2	2.676,0	1,59
Sono 3B (7B - 9B) (17RR-19BB)	250 + 2	17.964,9	10,72
Sono 5 (17R - 19R)	250 + 2	3.171,9	1,89

Fonte: Planimetria na Esc. 1:25.000

QUADRO Nº 4 ÁREA INDÍGENA KRAOLÂNDIA - 302.533,4 ha

Área a ser inundada

RESERVATÓRIO	COTA	ÁREA INUNDADA (ha)	% DA ÁREA TOTAL DA RESERVA
Manuel Alves Grande (10 Alternativas)	220 + 2	3.695,9	1,22

Fonte: Planimetria na Esc. 1:100.000

Acervo ISA

QUADRO Nº 5 ÁREA INDÍGENA APINAYÉ - 143.000 ha

Área a ser inundada

RESERVATÓRIO	COTA	ÁREA INUNDADA (ha)	% DA ÁREA TOTAL DA RESERVA
Serra Quebrada (1R - 17R-17RR) Santo Antonio (3R - 19R-19RR)	132 + 2	7.903,2	5,52
Serra Quebrada (7A - 7B) Santo Antonio (9A - 9B)	145 + 2	10.875,1	7,60

Fonte: Planimetria na Esc. 1:25.000

O primeiro dado que se evidencia, na leitura destes quadros, é que a área indígena mais afetada será a dos Xerente, tanto em termos do número de reservatórios, quanto em termos de área inundada. A segunda será a dos Apinayé, dadas as porcentagens de área inundada.

O reservatório Sono 3B é o que provocará maior interferência; inundará 10,72% do território Xerente, o que é uma porcentagem extremamente alta. Se somarmos a esta porcentagem aquela correspondente ao reservatório de Carolina, os Xerente estariam perdendo cerca de 11% de seu território. Isto representa cerca de 19.000 ha de terras que deveriam ser restituídas aos índios, em área contígua à reserva, sem contar a área em litígio da aldeia Funil, o que poderia somar, no mínimo 25.000 ha. Ora, os proble-

Acervo ISA

mas fundiários locais poderiam agravar-se bastante, levando-se em conta que, praticamente, não há terras disponíveis para serem ocupadas. Dessa forma a interpretação do primeiro quadro, através do qual se calculou a porcentagem total de área indígena inundada por alternativa, deve ser relativizada. Isto porque, por exemplo, a alternativa 7B - 9B implica em 5,32% de área indígena a ser inundada, onde está incluída a área Krahô, que é a maior de todas e a que, proporcionalmente, será a menos afetada. Enquanto a proporção de 5,32% de área inundada significa 1,22% das terras Krahô, para os Apinayé representa 7,60% e para os Xerente 10,72% de seu território. A mesma análise é válida para a alternativa 17RR - 19RR.

Além disso outros fatores devem ser considerados quando se trata dos reservatórios do rio do Sono. Na sua margem os Xerente possuem uma aldeia - aldeia Brejão, construída em 1984. Ao norte da aldeia Brejão há uma outra aldeia localizada nas proximidades do Posto Indígena Rio do Sono, onde a FUNAI mantém as instalações da sede do Posto, uma enfermaria e uma escola. O rio do Sono, tem sido para os Xerente o ponto privilegiado de pesca. A foto restituição em 1:25.000 indica que o reservatório Sono 3B deverá inundar as instalações das aldeias e do Posto, além de modificar o próprio rio que, na altura da área Xerente, transformar-se-á em lago,o que significa mudanças na maneira de utilização do rio. Por outro lado, é preciso esclarecer que a localização de uma aldeia não é fixa; os hábitos indígenas preveem mudanças da aldeia como um todo ou parte de seus membros (formando novas aldeias).
Neste sentido, não é possível prever, para o futuro, quantas aldeias poderão ser atingidas pela inundação. Mas há que se ressalvar os esforços da FUNAI para que os índios fixem-se nos locais onde o órgão de assistência constrói as instalações de um Posto Indígena, em função do investimento que faz e das precárias condições em que atua.

Ainda, para a área Xerente, é preciso verificar com precisão a interferência através do rio Tocantins. Particularmente o reservatório Tupiratins que poderá, à primeira vista, alagar a aldeia Xerente e o

Acervo ISA

Posto Indígena Xerente.

Outro ponto que os Xerente poderão perder é a Cachoeira do Funil (Cachoeira Funilzinho - uma corredeira localizada no Tocantins, designada cachoeira na região), que consideram sua e à qual fazem constantes incursões, embora esteja fora de seu território.

A área Apinayé sofrerá interferência de dois reservatórios (Serra Quebrada ou Santo Antonio), que na cota de inundação 132, significa 5,52% de área inundada e na cota 145, 7,60%. Em princípio, as duas porcentagens podem ser consideradas altas se se leva em conta, como no caso Xerente, os conflitos pela posse da terra, tanto os do passado quanto os do presente. Aqui também, a área de terra a ser restituída, contígua à reserva, se somada à área pleiteada pelos Apinayé, na região do ribeirão Gameleira, ultrapassará bastante os 10.875 ha da cota 145. E neste caso, também, o problema fundiário é sério, não havendo terras desocupadas. A área de inundação, em qualquer das duas cotas, abrange uma área de várzea que é um grande babaçual. Não é preciso relembrar a importância do babaçu, enquanto reserva natural e como atividade comercial.

A questão do impacto não pode ser analisada apenas da ótica dos pontos atingidos pela inundação. Deve ser, sobretudo, analisada em relação ao que significa, para estes índios, perder mais um pedaço de terra, mesmo no caso Krahô cuja área a ser inundada representa 1,22% do total de suas terras. Como já foi dito anteriormente, levando-se em conta que a

Acervo ISA

região está inteiramente ocupada e que os Índios ainda têm problemas de terra a resolver, a perda de uma porção, por menor que seja, pode gerar novos conflitos. E se se pensar que o movimento da população aponta para o crescimento, no ano 2.000 as terras hoje demarcadas deverão estar mais densamente povoadas.

Além disso, o impacto deve ser pensado ainda em relação a problemas futuros. A formação de lagos representa por um lado perda de inúmeras espécies de peixes, tradicionais na dieta indígena e regional. Por outro lado, pode representar a proliferação de doenças e mosquitos. Este fator tem provocado, por exemplo, a proliferação da malária até mesmo em regiões onde já estava erradicada como é o caso da Hidrelétrica de Itaipú.

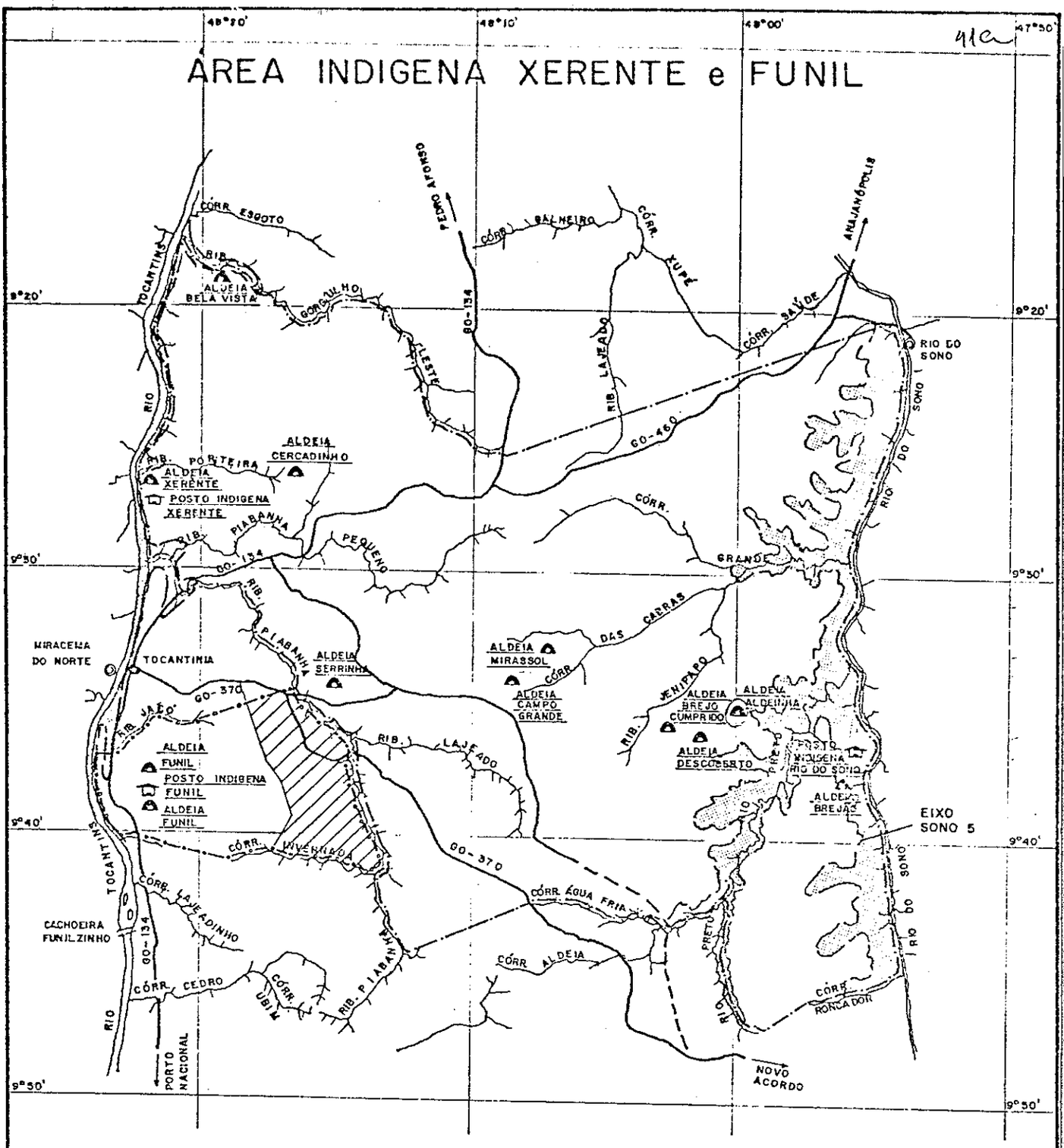
Outro problema muito importante refere-se à construção dos barramentos. O reservatório do Sono 5, apesar de provocar uma inundação bem menor que Sono 3-B, terá seu eixo localizado dentro da Reserva Xerente, o que significaria uma interferência de gigantesca proporção, pois será a devastação do território desses Índios com máquinas e trabalhadores dentro de suas terras. Isto não deveria acontecer de forma alguma, se se quiser preservar povos e cultura indígenas no país. Também é preocupante a proximidade dos eixos de Lajeado e Sono 3-B em relação, ainda, à área Xerente; os canteiros de obra, com tudo o que significam, podem vir a representar um enorme transtorno, senão uma interferência fatal, na vida indígena.

Cabe aqui lembrar o que já foi colocado anteriormente neste Relatório. Os Índios Xerente, Krahõ e Apinayé, junto com outros grupos da região, estão organizados em um Conselho que tem por objetivo proteger, evitar e solucionar conflitos que há muito abatem a região e que, constantemente, têm assumido novas características em função dos empreendimentos que a sociedade brasileira tem levado para lá. É neste sentido que, acreditamos, estes Índios não aceitarão soluções aparentemente fáceis, que, no instante seguinte acabam por perceber que lhes foram desfavoráveis.

As ilustrações nºs 1, 2 e 3 apresentam um resumo espacial das informações contidas neste Relatório.

Acervo ISA

ÁREA INDIGENA XERENTE e FUNIL



LEGENDA

- ESTRADA
- CAMINHO
- CIDADE
- VILA
- LIMITE DE ÁREA INDÍGENA
- ALDEIA INDÍGENA
- POSTO INDÍGENA
- ÁREA DE CONFLITO
- ÁREA INUNDADA NA COTA DO BARRAMENTO DE MAIOR N.A.

FONTE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO INDIGENA - DPI

ESC. 1:400.000

ILUSTRAÇÃO Nº 1

Acervo ISA

ÁREA INDIGENA KRAOLÂNDIA

47°40' 47°30' 47°20' 47°10'

8°00' 8°10' 8°20' 8°30' 8°40'

BOATINS
CARTUCHO
RIOZINHO
RIO VERMELHO
CÓRR. ÁGUA BRANCA
KRAOLÂNDIA
RIB. BOA VISTA
ALDEIA RIO VERMELHO
POSTO INDIGENA RIO VERMELHO
RIB. BRANCO
RIB. ÁGUA BRANCA
CÓRR. CATITU
RIB. DOS CAVALOS
ALDEIA PEDRA BRANCA
POSTO INDIGENA KRAO
ALDEIA PEDRA FURADA
RIB. DOS CAVALOS
PEDRA FURADA
ALDEIA CACHOEIRA
POSTO INDIGENA CACHOEIRA
RIBEIRÃO
URUCU
SUCUAPARA
RIB.
ITACAJÁ
RIB.
RIO
ITAPIRATINS
ALDEIA MANOEL ALVES
RIOZINHO
RIB. XIXÉ
RIOZINHO
RIBEIRÃOZINHO
ALDEIA SANTA CRUZ
MANOEL ALVES PEQUENO
ALDEIA GALHEIRA
POSTO INDIGENA PIXUPÉ
RIO GAMELEIRA
CÓRR. ÁGUA BONITA
RIO GAMELEIRA GRANDE
ALDEIA MORRO DO BOI
RIO GAMELEIRA
SUCUAPARA
RIB.
CÓRR. CACHOEIRA
PEDRO AFONSO

LEGENDA

- ESTRADA
- CAMINHO
- CIDADE
- VILA
- LIMITE DE ÁREA INDÍGENA
- ALDEIA INDÍGENA
- POSTO INDÍGENA
- LIMITE CONTESTADO
- ÁREA INUNDADA NA COTA DO BARRAMENTO DE MAIOR N.A.

FONTE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO INDIGENA - DPI

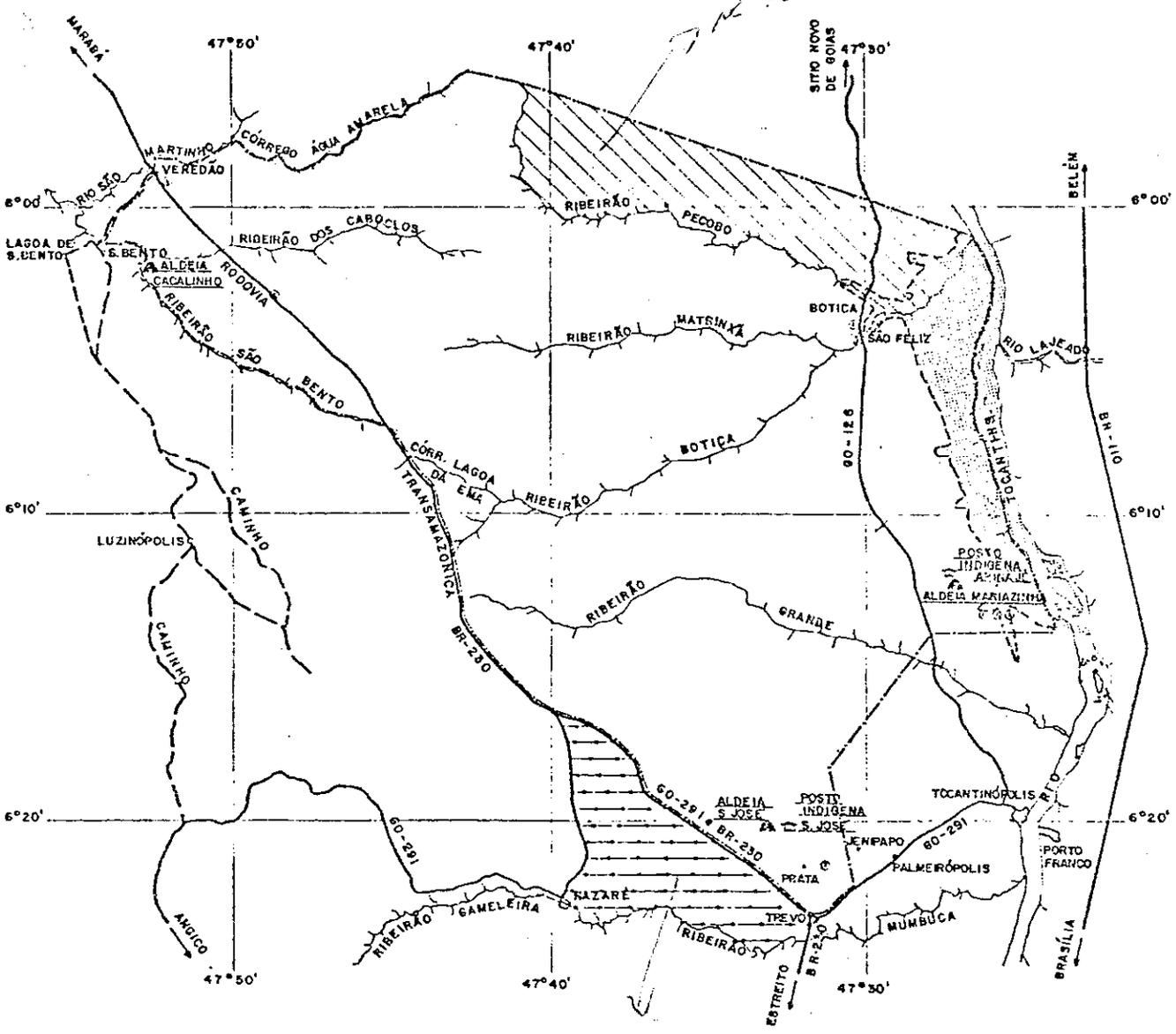
ESC. 1:500.000

ILUSTRAÇÃO Nº 2

Acervo ISA

ÁREA INDIGENA APINAJÉ

Retirados pela Vale



LEGENDA

- ESTRADA
- CAMINHO
- CIDADE
- VILA
- LIMITE DE ÁREA INDÍGENA
- ALDEIA INDIGENA
- POSTO INDÍGENA
- PRESENÇA DE NÃO INDIOS
- ÁREA REIVINDICADA PELOS INDIOS
- ÁREA DE INVASÃO
- ÁREA INUNDADA NA COTA DO BARRAMENTO DE MAIOR N.A.

FONTE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO INDIGENA - DPI

ESC. APROX. 1:400.000

ILUSTRAÇÃO Nº 3

Acervo ISA

6. RECOMENDAÇÕES

6.1 O mais importante, a ser recomendado, é que os índios sejam informados a respeito deste projeto e que deles não se escondam informações, em hipótese nenhuma. Que os índios possam participar da decisão sobre a escolha das alternativas e juntos com órgãos executores deste projeto e com a FUNAI, possam ajudar a resolver os possíveis problemas decorrentes da construção dos reservatórios. Informar os índios e abrir-lhes a possibilidade de tomar decisões não significa provocar tumultos. É preciso evitar a mentalidade segundo a qual a rendição diante de problemas se dá com fatos consumados. Ao contrário, a boa informação e a verdade podem evitar conflitos futuros.

6.2 O aspecto principal é resolver os problemas atuais das terras indígenas, com a máxima urgência, antes mesmo da próxima fase deste projeto. Com esta resolução poder-se-á ter uma idéia mais precisa das consequências que a construção dos barramentos pode trazer. Esta atribuição, entretanto, compete à FUNAI.

6.3 Os territórios perdidos em função da inundação devem ser recompensados com áreas do mesmo tamanho, em outro local, contíguo às reservas. É recomendável que terra se troque por terra, e não por dinheiro. Mas esta decisão deve respeitar a vontade do índio e, por isto, deve ser discutida com ele.

6.4 O processo de homologação da demarcação das três reservas deve ser apressado.

Acervo ISA

6.5 Deve haver uma assessoria antropológica em todas as fases de execução do projeto, que mantenha contatos regulares com os índios, com a FUNAI e com a ELETRONORTE. De preferência, deveria haver um antropólogo para cada área indígena.

6.6 Os estudos sobre a interferência nas áreas Apinayé, Krahô e Xerente devem ser aprofundados. Muitos problemas devem ter sido desconsiderados neste Relatório, em função das limitações que o mesmo apresenta. Este aprofundamento permitirá uma avaliação mais adequada das interferências e só poderá ser feito através de pesquisa de campo e livre acesso aos dados da FUNAI.

6.7 A ELETRONORTE deve entrar em entendimentos com a FUNAI para certificar-se da presença, ou ausência, do grupo arredio Avá-Canoeiro, nas proximidades do rio Manuel Alves Natividade. Em caso afirmativo, todas as providências necessárias devem ser tomadas antes de qualquer obra na área.

6.8 A ELETRONORTE deve, também, contactar a CVRD para que não superponham-se interferências na área Apinayé.

6.9 Por fim, é preciso dizer que a recomendação mais geral é que se deveria fazer o possível para evitar qualquer interferência em área indígena, já que suas terras são juridicamente inalienáveis e teoricamente protegidas pela Constituição Federal.

Acervo ISA

7. BIBLIOGRAFIA

Azanha, Gilberto - "A Forma Timbira: Estrutura e Resistência". Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984

Claude Lévi - Strauss - "As Estruturas Sociais no Brasil Central e Oriental" - in: Antropologia Estrutural, 2ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, pp. 136

Claude Lévi - Strauss - "As Organizações Dualistas Existem?" - in: Antropologia Estrutural, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2ª ed., 1970, pp. 148

Chaim, Marivone Matos - Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749 - 1811) - 2ª ed. rev., São Paulo, Nobel; Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983

Cunha, Manuela Carneiro da - Os Mortos e os Outros. São Paulo, HUCITEC, 1978

Davis, Shelton H. - Vítimas do Milagre - O Desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978

Ladeira, Maria Elisa - "A Troca de Nomes e a Troca de Cônjuges. Uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira". Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982

Acervo ISA

Laraia, Roque de Barros e Matta, Roberto da - Índios e Castanheiros: a Empresa Extrativa e os Índios no Médio Tocantins. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

Lombardi, José Claudinei - "O Xavante e a Política Indigenista no Brasil nos Séculos XVIII e XIX" - Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, 1985

Lopes, Maria Beatriz Afonso - "Características da Migração no Centro-Oeste nos Anos Setenta". in: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, São Paulo, vol. 2, 1986, pp. 649

Matta, Roberto da - "Mito e Autoridade Doméstica". in: Ensaios de Antropologia Estrutural. Petrópolis, Vozes, 1973, pp. 19

Matta, Roberto da - Um Mundo Dividido: a Estrutura Social dos Índios Apinayé. Petrópolis, Vozes, 1976

Matta, Roberto da - "Uma Reconsideração da Morfologia Social Apinayé". in: Egon Schaden - Leituras de Etnologia Brasileira, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1976, pp. 149

Maybury - Lewis, David - "Algumas Distinções Cruciais na Etnologia do Brasil Central". Terra Indígena, G.E.I. Kurumim, maio/85, ano IV, nº 36, ILCSE/UNESP/CAR

Acervo ISA

Melatti, Julio Cezar - Índios do Brasil, 3ª ed., São Paulo, HUCITEC/INL-MEC, 1980

Melatti, Julio Cezar - Índios e Criadores. A Situação dos Krahô na Área Pastoril do Tocantins. Monografias do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 1967

Melatti, Julio Cezar - "Nominadores e Genitores: um Aspecto do Dualismo Krahô". in: Egon Schaden (org.) - Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1976, pp. 139

Melatti, Julio Cezar - O Messianismo Krahô. São Paulo, Herder/EDUSP, 1972

Melatti, Julio Cezar - "Questões sobre a Identidade Krahô". in: Anuário Antropológico 82. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 pp. 189

Nimuendaju, Curt - Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. IBGE/FNPM, 1981

Nimuendaju, Curt - Os Apinayé. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983

Nimuendaju, Curt - The Eastern Timbira. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1946

Nimuendaju, Curt - The Serente. Los Angeles, The Southwest Museum (Publications of the Frederick Web Hodge Anniversary Publication Fund, 4), 1942

Acervo ISA

Oliveira, Adélia Engrácia de - "Ocupação Humana". in: Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1983, pp. 144

Queiroz, Maria Isaura Pereira de - "A Noção de Arcaísmo em Etnologia e a Organização Social dos Xerente". in: Leituras de Etnologia Brasileira, Egon Schaden org., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 127

Ribeiro, Darcy - Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970

Santos, Hamilton Mentzingen dos - "Estudos Ecológicos Preliminares de uma Reserva Indígena". Departamento de Engenharia Agronômica, Universidade de Brasília, 1981

Seeger, Anthony e Castro, Eduardo Viveiros de - "Terras e Territórios Indígenas no Brasil". in: Encontros com a Civilização Brasileira, 12, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979, pp. 101

Schwerin, Karl H. - "Amák, Karib, Jê, Tupi: Adaptação Cultural e Histórica da Cultura na Floresta Tropical, América do Sul". Tradução de Mª Silvia S. Carvalho - Terra Indígena, G.E.I. Kurumim, abril/85, Ano IV, nº 35, ILCSE/UNESP/CAR

Shubart, Herbert Otto Roger - "Ecologia e Utilização das Florestas". in: Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1983, pp. 101

Acervo ISA

Zarur, George Cerqueira Leite - "Ecologia e Cultura: Algumas Comparações". in: Suma Etnológica Brasileira. Edição Atualizada do Handbook of South América Indians. Darcy Ribeiro (ed.) et aali. FINEP; Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 273, vol. I Etnobiologia

7.1 Outras Fontes

Câmara dos Deputados - Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Estudos a Legislação do Indígena, Investigar a Situação em que se Encontram as Remanescentes Tribos de Índios no Brasil. Diário do Congresso Nacional - Secção I, Suplemento ao nº 15, Quarta-feira, 28 de abril de 1971. Capital Federal.

Povos Indígenas no Brasil/1982. Aconteceu Especial 12. Abril de 1983. CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Comentários e fatos destacados da imprensa.

Povos Indígenas no Brasil/1983. Aconteceu Especial 14.

Povos Indígenas no Brasil/1984. Aconteceu Especial 15.

Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo. Período pesquisado: 1960 a 1986. O arquivo contém exemplares de toda grande imprensa brasileira.

Arquivo do CTI - Centro de Trabalho Indigenista. Pesquisa em relatórios e dados fornecidos por Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira.

Acervo ISA

FUNAI - Fundação Nacional do Índio - Mapas e Memoriais descritivos das Terras Apinayé, Krahô e Xerente.

Acervo ISA

8. ANEXO

DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DA FUNAI

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMARCAÇÃO

ANEXO À PORTARIA Nº

Proc. 1459/86 SS
Fls.
Rubrica

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA XERENTE

ALDEIAS INTEGRANTES

CERCADINHO, PEDANGA, XERENTE

GRUPOS INDÍGENAS

XERENTE

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: TOCANTÍNIA ESTADO: GOIÁS

UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 16ª DR.

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	09°17'23,6"S	48°20'44,9"Wgr.
LESTE	09°44'36,4"S	47°53'53,8"Wgr.
SUL	09°47'14,0"S	47°58'47,8"Wgr.
OESTE	09°44'27,0"S	48°42'52,0"Wgr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MI- 1500- 1501- 1575 e 1576	1:100.000	DSG	1978/1979

DIMENSÕES

ÁREA :	167.542,1058 Ha.
PERÍMETRO:	226.649,81 metros.

ÁREA: (Cento e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois hectares, dez ares e cinquenta e oito centiares).

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ANEXO

Proc. 1459/85
72
Folha 52

NORTE- Partindo do Marco 24-A = SAT 12.287 (ponto 01), situado na confluência do Rio Gorgulho com o Rio Tocantins, com coordenadas Geográficas 09°17'23,7"S e 48°20'44,9"Wgr., daí segue pelo Rio Gorgulho sentido montante com a distância de 35.444,50 metros, até o Marco AC (ponto 02), situado na cabeceira do referido Rio, e próximo a Rodovia Estadual GO-134 (acesso de Pedro Afonso à Tocantínia) com coordenadas Geográficas 09°25'40,1"S e 48°08'56,4"Wgr., daí por uma linha reta com o azimute de 69°54'33" e distância de 28.441,80 metros, até o Marco OB (ponto 03), situado próximo a confluência do Rio Perdida com o Rio do Sono e próximo da Balsa de travessia para a cidade do Rio Sono, com coordenadas Geográficas de 09°20'29,9"S e 47°54'19,1"Wgr.,

LESTE- Daí segue pelo Rio do Sono sentido montante com a distância de 47.345,00 metros, até o Marco 48-B = SAT - 12.376 (ponto 04) situado na confluência do Córrego Brejão (Roncador) com o Rio do Sono, com coordenadas Geográficas de 09°44'36,3"S e 47°53'53,9"Wgr.,

SUL - Daí segue pelo referido córrego sentido montante com a distância de 8.449,00 metros, até o Marco AB (ponto 05), situado na cabeceira do referido córrego, com coordenadas Geográficas de 09°46'27,1"S e 47°57'44,8"Wgr., daí por uma linha reta com o azimute de 235°46'51" e distância de 1.861,00 metros, até o Marco BB (ponto 06) situado na cabeceira do córrego do Matias, com coordenadas Geográficas de 09°47'27,1"S e 47°58'47,8"Wgr., daí segue pelo referido córrego sentido jusante com a distância de 1.750,00 metros, até o Marco CB (ponto 07), situado na confluência do referido córrego com o Rio Preto, com coordenadas Geográficas de 09°47'01,0"S e 47°59'44,00"Wgr., daí segue pelo referido Rio sentido jusante, com a distância de 10.470,00 metros, até o Marco 71-B (ponto 08), situado na confluência do córrego Aldeia com o referido Rio, com coordenadas Geográficas de 09°42'24,3"S e 48°00'34,7"Wgr., daí segue pelo referido córrego sentido montante com a distância de 6.231,00 metros, até o ponto 09, situado na confluência do córrego Água Fria com o referido Córrego, com coordenadas Geográficas de 09°43'18,0"S

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ANEXO

Proc. 1351/85
Fls. 08
Rubrica

e 48°02'55,0"Wgr., daí segue pelo córrego Água Fria sentido montante com a distância de 9.797,00 metros até o Marco AE (ponto 10), situado na cabeceira do referido córrego, com coordenadas Geográficas de 09°42'22,4"S e 48°07'38,0"Wgr., daí por uma linha reta com o azimute de 247°20'02" e distância de 9.101,51 metros, até o Marco OE (ponto 11), situado na cabeceira do córrego Bebedouro dos Porcos, com coordenadas Geográficas de 09°44'09,0"S e 48°11'48,0"Wgr., daí segue pelo referido córrego sentido jusante com a distância de 1.050,00 metros, até o ponto 12, situado na confluência do referido córrego com o Ribeirão Piabinha, com coordenadas Geográficas de 09°44'27,0"S e 48°42'32,0" Wgr., daí segue pelo referido Ribeirão sentido jusante com a distância de 42.609,00 metros, até o marco OA (ponto 13), situado na confluência do referido Ribeirão com o Rio Tocantins, com coordenadas Geográficas de 09°29'48,3"S e 48°22'03,5"Wgr.,

OESTE-Daí segue pelo referido Rio, sentido jusante com a distância de 24.100,00 metros, até o Marco 24-A = SAT - 12.287 (ponto 01), ponto inicial da descrição deste perimetro.

OBS: Marcos 24-A e 48-B, foram determinados por ponto de satélites.
Marco OB as coordenadas Geográficas foram fornecidas pela Firma Preson Agrimensura Ltda.
Marco AC foi feito o transporte de coordenadas Goegráficas do Marco OB.
Os demais marcos, as coordenadas Geográficas são aproximadas.

LOCAL:	TECNICO RESPONSAVEL:	VISTO
BRASÍLIA.	MARIO DOS SANTOS ALVES Tec.Agrimensor-CREA-GO. 566/TD	Marco Araújo Jaloto Diretor de DPI
DATA: 21.08.84		

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DEPARTAMENTO GERAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

ANEXO À PORTARIA Nº 1187/E/82

Proc. 1259/82
Fls. 29
Rubrica

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA FUNIL

ALDEIAS INTEGRANTES

ALDEIA FUNIL

GRUPOS INDÍGENAS

XERENTE

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: TOCANTÍNIA	ESTADO: GOIÁS
UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 16a. DELEGACIA REGIONAL	

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	09°34'35"S	48°16'40"Wgr
LESTE	09°39'30"S	48°13'58"W
SUL	09°41'15"S	48°15'25"W
OESTE	09°37'25"S	48°24'10"W

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
SC-22-X-D-II/VI SC-23-V-C-IV	1:100.000	IBGE/DSG	1978/1979

DIMENSÕES

ÁREA :	16.000 ha
PERÍMETRO:	60 km.

ÁREA. Dezesseis mil hectares.

Acervo ISA

55

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DEPARTAMENTO GERAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

FUNIL

ANEXO

NORTE : Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 09°37'25"S e 48°24'10"W, situado na margem direita do Rio Tocantins; daí, segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximada (90° - 1,8 km) até encontrar a confluência do Córrego Lagoa Grande com o Rio Jacó, no Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 09°37'25"S e 48°23'10"W; daí, segue-se pelo Rio Jacó no sentido montante até a confluência com o Córrego Posse (Cafubá), no Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 09°35'50"S e 48°20'20"W; daí, segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximada (70° - 6,3 km) até o Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 09°34'40"S e 48°17'05"W, situado na ponte da Rodovia Estadual GO-370 sobre o Córrego Maracujá; daí, segue-se pelo citado córrego no sentido jusante até a confluência com o Ribeirão Piabanha, no Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 09°34'35"S e 48°16'40"W;

LESTE : Do Ponto antes descrito, segue-se pelo Ribeirão Piabanha no sentido montante até encontrar a confluência com o Córrego Tamanca, no Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas 09°39'30"S e 48°13'58"W;

SUL : Do ponto antes descrito, segue-se pelo Córrego Tamanca no sentido montante até a confluência com o Córrego Invernada, no Ponto "7" de coordenadas geográficas aproximadas 09°41'15"S e 48°15'25"W; daí, segue-se pelo Córrego Invernada no sentido montante até sua cabeceira no Ponto "8" de coordenadas geográficas aproximadas 09°41'10"S e 48°19'00"W; daí, segue-se pelo divisor de águas na direção noroeste até encontrar a cabeceira do Córrego Tabocas, no Ponto "9" de coordenadas geográficas aproximadas 09°40'45"S e 48°20'40"W; daí, segue-se pelo Córrego Tabocas no sentido jusante até a confluência com o Rio Tocantins, no Ponto "10" de coordenadas geográficas aproximadas 09°40'28"S e 48°22'18"W.

OESTE : Do ponto antes descrito, segue-se o Rio Tocantins no sentido jusante, pela sua margem direita até encontrar o Ponto "1", inicial do presente descritivo.

LOCAL:	TÉCNICO RESPONSÁVEL:	VISTO
Brasília		
DATA: 14/12/81	JOSÉ JAIME MANCIN Engº Agrimensor - 57806/D-SP	

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMARCAÇÃO

ANEXO À PORTARIA Nº 1749/85

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA KRAOLÂNDIA

ALDEIAS INTEGRANTES

GRUPOS INDÍGENAS

KRAHÔ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: ITACAJÁ e GOIATINS | ESTADO: GOIÁS

UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 16ª DELEGACIA REGIONAL

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	07º 55' 17,6" S	47º 17' 19,2" WGR
LESTE	08º 18' 35,0" S	47º 08' 10,0" WGR
SUL	08º 46' 29,0" S	47º 22' 12,0" WGR
OESTE	08º 23' 23,0" S	47º 45' 54,5" WGR

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MI - 1268, 1345, 1346, 1424, 1425	1:100.000	IBGE	1979

DIMENSÕES

ÁREA 302.533,3971 ha

PERÍMETRO: 374,503 km

ÁREA: Trezentos e dois mil, quinhentos e trinta e três hectares, trinta e nove ares e setenta e um centiares.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA KRAOLÂNDIA

ANEXO

NORTE: Partindo do marco MC-03=MG. com coordenadas geográficas 08º 23'23,0"S e 47º45'54,5"Wgr, localizada na confluência do Rio Manoel Alves Pequeno com o Ribeirão dos Cavalos, próximo da cidade de Itacajá; daí, segue pelo Ribeirão dos Cavalos, no sentido montante, com a distância de 38.319,10 metros, até o marco MC-02 com coordenadas geográficas aproximadas 08º14'01,3"S e 47º33'56,4"Wgr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância de 98º18'28" e 825,91 metros, até o marco MC-01 com coordenadas geográficas aproximadas 08º14'05,4"S e 47º33'29,7"Wgr, localizado na cabeceira do Rio Riozinho; daí, segue por Este, no sentido jusante, com a distância de 61.330,43 metros, até o marco MC-00=MG. com coordenadas geográficas 07º55'17,6"S e 47º17'19,2"Wgr, localizado na confluência com o Rio Vermelho; daí, segue por Este, no sentido montante, com a distância de 103.392,72 metros, até o marco MC-07 com coordenadas geográficas aproximadas 08º23'31,3"S e 47º10'01,6" Wgr, localizado na confluência com o Ribeirão Sucuapara (Gameleira Grande)

LESTE: Do marco MC-07, segue pelo Ribeirão Sucuapara (Gameleira Grande), no sentido montante, com a distância de 59.559,41 metros, até o marco MC-06 com coordenadas geográficas 08º44' 54,2"S e 47º18'16,9"Wgr, localizado em sua cabeceira.

SUL: Do marco MC-06, segue por linha reta com azimute e distância de 252º48'28" e 4.188,21 metros, até o marco MC-05 =MG. com coordenadas geográficas 08º45,33,6"S e 47º20'28,0"Wgr, localizado na cabeceira do Ribeirão Cachoeira; daí, segue por Este, no sentido jusante, com a distância de 79.277,63 metros até o marco MC-04 com coordendas geográficas aproximadas 08º32'49,6"S e 47º41'33,9"Wgr, localizado na confluência com o Rio Manoel Alves Pequeno.

OESTE: Do marco MC-04, segue pelo Rio Manoel Alves Pequeno, no sentido jusante, com a distância de 27.609,69 metros, até o marco MC-03 = MG, início deste memorial.

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA KRAOLÂNDIA

ANEXO

OBS: As coordenadas Geográficas dos marcos MC-02, 04 e 07 foram extraidas gráficamente.

LOCAL:	TECNICO RESPONSAVEL:	VISTO:
BRASÍLIA	MÁRIO DOS SANTOS ALVES Téc. em Agrim. DDF/DPI. CREA-GO 566/TD	Chefe Substituto DDF/DPI Port. n.º 30/81 de 27.07.81
DATA: 11.09.84		

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

ANEXO À PORTARIA Nº

Proc. 1354/85
Fls. 30
Rubrica

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA APINAJÉ

ALDEIAS INTEGRANTES

MARIAZINHA, SÃO JOSÉ e COCALINHO

GRUPOS INDÍGENAS

APINAJÉ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: ITACUATINS e TOCANTINÓPOLIS | ESTADO: GOIÁS

UNIDADE REGIONAL DA FUNAI 16ª DR.

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	05º 55' 40" S	47º 42' 30" W
LESTE	06º 13' 22" S	47º 23' 57" W
SUL	06º 23' 05" S	47º 31' 45" W
OESTE	06º 01' 08" S	47º 54' 10" W

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MI - 952 - 1030 - 1031	1:100.000	DSG	1979/1984

DIMENSÕES

ÁREA : 143.000 ha

PERÍMETRO: 178 Km

ÁREA (cento e quarenta e três mil hectares)

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA APINAJÉ

ANEXO

Proc. 1454/87
Rub.

NORTE : Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 06°01' 08"S e 47°54'10"W, situado no cruzamento do Ribeirão São Bento com a Estrada vicinal que liga Lagoa do Bento à BR 230; daí, segue pela borda direita da citada estrada até o entroncamento com a Rodovia BR-230 Transamazônica, no Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 05°58'55"S e 47°52'25"W; daí, segue pela borda direita da citada rodovia no sentido à cidade de Marabá até o Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 05°58'40"S e 47°52'35"W, situado no cruzamento com o Rio São Martinho; daí, segue no sentido montante pelo Rio São Martinho até sua cabeceira, no Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 05°55'40"S e 47°42'30"W; daí, segue por uma linha reta até a cabeceira do Ribeirão Pecobo, no Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 05°55'55"S e 47°40'50"W; daí, segue por uma linha reta na direção sudeste até a confluência do Ribeirão Botica no Rio Tocantins, no Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas 06°01'00"S e 47°26'30"W;

LESTE : Do Ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Rio Tocantins, até a confluência do Córrego sem denominação, no Ponto "7" de coordenadas geográficas aproximadas 06°13'22"S e 47°23'57"W; daí, segue no sentido montante pelo citado Córrego até o Ponto "8" de coordenadas geográficas aproximadas 06°13'50"S e 47°24'03"W; daí, segue por uma linha reta de azimute aproximado 271°30' na distância aproximada de 6.937,00m até o Ponto "9" de coordenadas geográficas aproximadas 06° 13'55"S e 47°27'52"W, situado na margem esquerda da Rodovia GO-126, que liga Tocantinópolis a Itaguatins; daí, segue por uma reta na direção sudoeste até o Ponto "10" de coordenadas geográficas aproximadas 06°18'15"S e 47°31'05"W, situado na cabeceira do Córrego Ribeirãozinho; daí, segue por uma linha reta na direção sudeste até o Ponto "11" de coordenadas geográficas aproximadas 06°22'10"S e 47°30' 25"W, situado na rodovia GO-291 que liga Tocantinópolis à BR-230 (Transamazônica), no local conhecido como Pau seco.

SUL/
OESTE : Do Ponto antes descrito, segue pela borda direita da rodovia GO-291 até o trevo na Rodovia Transamazônica, no Ponto "12" de coordenadas geográficas aproximadas 06°23'05"S e 47°31'45"W; daí, segue pela

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA APINAJÉ

ANEXO

Proc. 1359/85
Fls. 22
Rubrica

borda direita da citada rodovia, no sentido à cidade de Marabá até o Ponto "13" de coordenadas geográficas aproximadas 06°07'10" S e 47°45'10"W, situado no cruzamento com o Ribeirão São Bento; daí, segue no sentido jusante pelo citado Ribeirão até o Ponto "1", inicial da descrição.

LOCAL:	TECNICO RESPONSAVEL:	VISTO
BRASÍLIA	JOSÉ JAIME MARCIN ENGº CREA 57.806-D	
DATA. 14.02.85		